

O Museu do Pão (Seia): uma iniciativa de desenvolvimento local com expressão nacional

JOANA FERREIRA¹, MARTA AMADO¹, OLGA ALVES¹ & ADÉLIA NUNES²

¹Alunas finalistas do Curso de Geografia, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, (joana.fe@hotmail.com; matinha_amado10@hotmail.com; olgaalves2@hotmail.com)

²Professora Auxiliar, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Praça da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal, + 351 239859900, adelia.nunes@ci.uc.pt



Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território

Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território

Resumo

Em Portugal, os espaços rurais de baixa densidade evocam a imagem de áreas distantes, pouco acessíveis, isoladas, marginais e pobres. Os novos paradigmas de ordenamento do território, num quadro de sustentabilidade, procuram a sua requalificação através da salvaguarda e valorização do património natural e humano, elementos-chave na afirmação desses espaços e no reforço da auto-estima das populações que, ainda, aí permanecem.

Os espaços museológicos, em especial os de dimensão local, quase sempre, elementos de leitura do território, poderão constituir factores de uma rede coerente de estruturas, de recursos, de equipamentos essenciais no reforço de uma identidade e na emergência de uma relevância geográfica, com potencial atractivo.

Com o presente trabalho, pretende-se conhecer as dinâmicas territoriais onde o Museu do Pão se insere e perceber de que modo, esta iniciativa, poderá contribuir e reforçar o processo de desenvolvimento sustentável ambicionado para esta região.

Palavras-Chave: Espaço rural, iniciativas de desenvolvimento, Museu do Pão, Serra da Estrela, Portugal.

1. Introdução

Em Portugal, os espaços rurais de baixa densidade evocam a imagem de áreas distantes, pouco acessíveis, isoladas, marginais e pobres. Fortemente tocados pelo êxodo rural, manifestam elevadas taxas de envelhecimento e de dependência. Subordinam a sua base económica às actividades rurais, em especial agro-pecuárias, com estruturas de produção frágeis, pouco competitivas e sem grande abertura à introdução de inovações técnicas e organizativas. A sua incapacidade na geração de dinâmicas positivas e atractivas tem-se traduzido numa acentuada recessão das actividades tradicionais (agricultura, pastorícia e exploração florestal), na sua descaracterização e marginalização.

Os novos paradigmas de ordenamento do território, num quadro de sustentabilidade, procuram a sua requalificação através da salvaguarda e valorização do património natural e humano, elementos-chave na afirmação desses espaços e no reforço da auto-estima das populações que, ainda, aí permanecem. Os espaços marginais do mundo ocidental, com as suas múltiplas fragilidades não podem ser exclusivamente sentidos e olhados numa óptica das suas potencialidades produtivas, necessitam de ganhar complexidade, diversidade funcional e sustentabilidade, aquilo que perderam na sequência da aplicação desregrada de técnicas produtivistas a que foram sujeitos, sobretudo desde a Revolução Agrícola inglesa e em especial após o fim da segunda Grande Guerra (Carvalho e Fernandes, 2001).

A definição e promoção de uma imagem territorial de individualidade e especificidade, alicerçada em características únicas e exclusivas, e de qualidade, em muito centrada nas identidades e recursos simbólicos de cada lugar, é um caminho de revalorização dos territórios onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade (Carvalho, 2001). A cada território do mundo rural compete (re)descobrir essas novas potencialidades específicas, alicerçando as novas filosofias do desenvolvimento em conceitos como a multifuncionalidade, diversificação económica e sustentabilidade. A diversificação das acções de desenvolvimento, resultantes da valorização dos factores ecológicos, patrimoniais e culturais locais, a promoção de funções de recreio, lazer e cultura, constituem algumas das estratégias vitais na criação de uma imagem positiva e, geograficamente, atractiva

Os espaços museológicos, em especial os de localização rural e de dimensão local, quase sempre, elementos de leitura do próprio território, da sua paisagem, da sua história, dos seus modos de viver e da sua cultura, poderão constituir factores de uma rede diversificada e coerente de estruturas, de recursos e equipamentos essenciais no reforço de uma identidade e na emergência de uma relevância geográfica, com potencial atractivo. Para isso, torna-se necessário a sua afirmação como estruturas

dinamizadoras de acções culturais, como espelhos de uma região, como unidades didácticas e pedagógicas cuja missão é interagir e comunicar com o público, sendo relevante a sua contribuição no estudo da história local, que cada espaço percorreu, para deste modo contribuir eficazmente na rede de novos actores capazes de promover o desenvolvimento.

O Museu do Pão, localizado na encosta Ocidental da Serra da Estrela, em Seia, teve na sua génese o propósito de dar a conhecer a História do Pão, desde as formas de cultivo, passando pelas técnicas tradicionais de moagem, produção e distribuição, as quais se encontram em vias de extinção. Incorporando, também, uma vertente pedagógico-didáctica, esta iniciativa de cariz local assume em termos geográficos uma expressão nacional, atraindo maioritariamente visitantes portugueses mas também estrangeiros.

Com o presente trabalho, pretende-se conhecer as dinâmicas territoriais do espaço onde esta iniciativa se insere e perceber de que modo poderá contribuir para a revitalização e diversificação de iniciativas a integrar no processo de desenvolvimento sustentável ambicionado para esta região.

2. O concelho de Seia: dinâmicas territoriais recentes

O concelho de Seia, localizado na vertente ocidental da Serra da Estrela, a mais imponente serra do território continental português, evidencia importantes contrastes hipsométricos, os quais oscilam entre cotas inferiores a 200 metros e os 1993 metros, valor máximo atingido no planalto da Torre (Figura 1). A presença de tão importantes contrastes altimétricos influencia, de forma directa, um conjunto de elementos físicos, de que se destaca a diminuição da temperatura, o aumento significativo da precipitação, que se revela em forma de neve nas áreas mais elevadas durante parte do período invernal. É da conjugação destes importantes contrastes biofísicos que resultam reproduções concretas e vincadas na paisagem, de que deriva o enorme valor geoambiental desta unidade geomorfológica.

Na actualidade, as montanhas representam espaços de excepcional valor, pela sua riqueza de formas patentes na singularidade geomorfológica, nas paisagens naturais, nas espécies raras ou pouco comuns, ao mesmo tempo que lhe é reconhecido um valioso património histórico-cultural. Por conseguinte, nas últimas décadas tornaram-se espaços de crescente demanda turística, verificando-se a sua procura para práticas de lazer e recreio, associadas às suas potencialidades naturais e culturais, que têm sido fortalecidas pela integridade dos seus recursos.

A Estrela constitui, à escala nacional, o espaço de montanha mais procurado em termos turísticos. A neve, a contemplação da paisagem, o conhecimento das povoações da serra e a gastronomia aparecem destacados como os principais elementos de atracção desta serra (Fernandes, 1998)

Todavia, os espaços de montanha, percebidos como áreas de grandes imposições físico-naturais e de fortes condicionalismos ao desenvolvimento de actividades económicas, têm vindo a registar, sobretudo desde meados do século XX, importantes transformações nas respectivas dinâmicas territoriais, secularmente dominantes, as quais se traduziram pelo êxodo rural e consequente desarticulação produtiva e social. A perda de avultados quantitativos populacionais, o forte abandono das actividades agro-pastoris e o encerramento de inúmeras unidades fabris incrementou a marginalização e fragilidade destes espaços, relativamente às áreas urbano-industriais.

O concelho de Seia, embora não sendo dos mais tocados pela debandada populacional, não foi excepção no conjunto serrano. Com efeito, desde a segunda metade do século XIX até 1950, tal como se pode observar na figura 2, que o ritmo de crescimento da população no município de Seia, com excepção da década de 20-30, se revelou nitidamente positivo, incrementando neste período em cerca de 10 mil o número de habitantes.

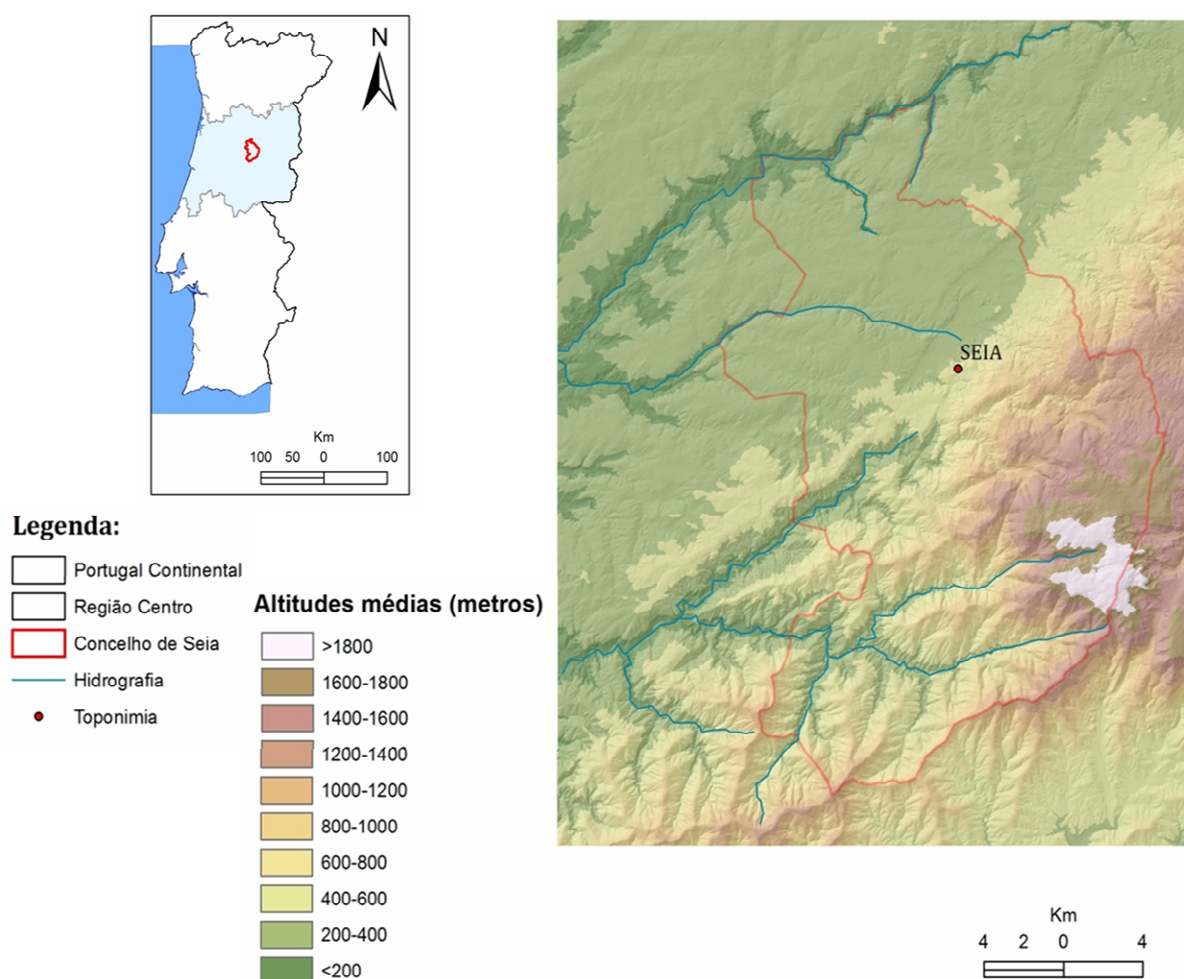


Figura 1. Localização do concelho de Seia e respectiva hipsometria.
(Fonte: Cartas Militares de Portugal, escala 1/25 000)

A partir de 1950 e até à actualidade, importantes alterações ocorreram na demografia do concelho, salientando-se, em primeiro lugar, o declínio da população residente (Figura 2). Em termos absolutos, o município perdeu cerca de 7800 habitantes, o que corresponde a mais de 1/5 da população total. Todavia, uma análise mais detalhada à dinâmica populacional intra-municipal (Figura 3) mostra que, nestas últimas 4 décadas, um reduzido número de freguesias manteve ou acumulou efectivos residentes, enquanto noutras o processo de esvaziamento populacional foi mais exacerbado. Assim, no primeiro grupo integra-se a sede do município (Seia) e as freguesias limítrofes, capazes de polarizar, pela sua maior centralidade e dinamismo, associado à indústria ou ao fomento das actividades terciárias, parte da população que, resignada perante os magros benefícios da agricultura, procura outras fontes de rendimento (Nunes, 2001). Nas restantes sedes, o panorama demográfico foi balizado por enormes perdas populacionais, superando nas freguesias de Vide e Girabolhos mais de 50% da população residente.

A saída selectiva em termos etários, em especial dos mais jovens e adultos, desencadeou, além de uma intensa regressão populacional, quebras acentuadas nas taxas de fecundidade e natalidade. Em simultâneo, assiste-se ao despontar de uma população envelhecida, devido ao forte crescimento do grupo dos idosos, o qual praticamente duplicou entre 1991 e 2001, passando assim o respectivo índice de 86% para 151%. Com base no mais recente recenseamento da população, de 2001, é nas freguesias da sede do concelho e nas limítrofes, que este índice se projecta abaixo dos 100, indicando que o número de jovens ainda supera o dos idosos (Figura 4). À medida que nos afastamos espacialmente do núcleo central do concelho, o índice não só ultrapassa os 100 como atinge valores já bastante elevados,

em que o número de idosos é 2, 3 ou 4 vezes mais elevado que o de jovens, ameaçando, nestas circunstâncias, a renovação das gerações.

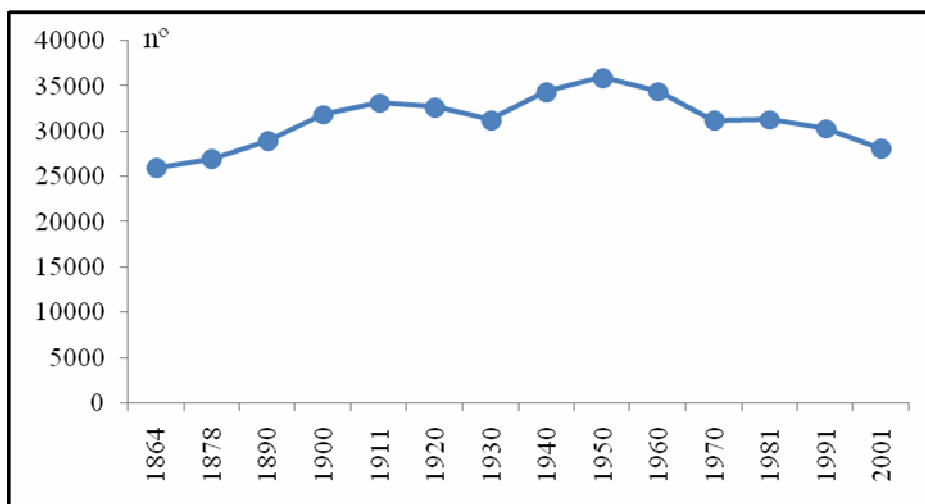


Figura 2. Evolução da população residente no município de Seia.
(Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1864-2001, INE)

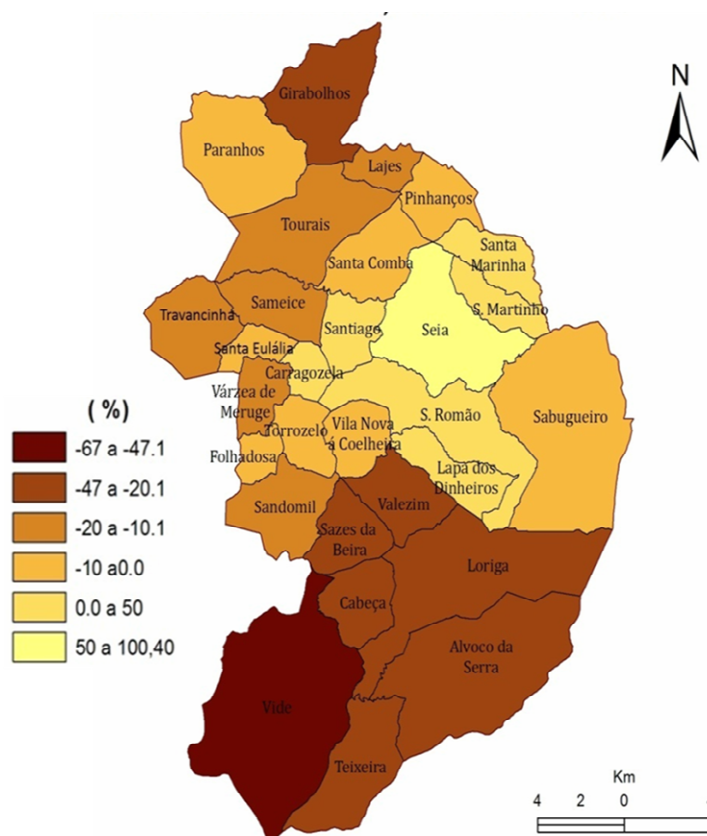


Figura 3. Variações na população das freguesias do concelho de Seia, em %, entre 1960 e 2001.
(Fonte: Recenseamentos gerais da População, 1960-2001, INE)

A estrutura da população activa e a respectiva evolução constitui um outro indicador privilegiado no reflexo das dinâmicas sócio-económicas operadas nas últimas décadas. Embora não dispondo de dados quantitativos para um largo período de tempo, tudo leva a crer que as actividades económicas dominantes fossem as ligadas ao sector primário, associando a agricultura à pastorícia. Até porque em 1960, cerca de 60% da população activa deste concelho se integrava neste sector, sendo o peso do secundário e do terciário praticamente idêntico, absorvendo cada um deles aproximadamente 20% dos efectivos activos (Figura 5).

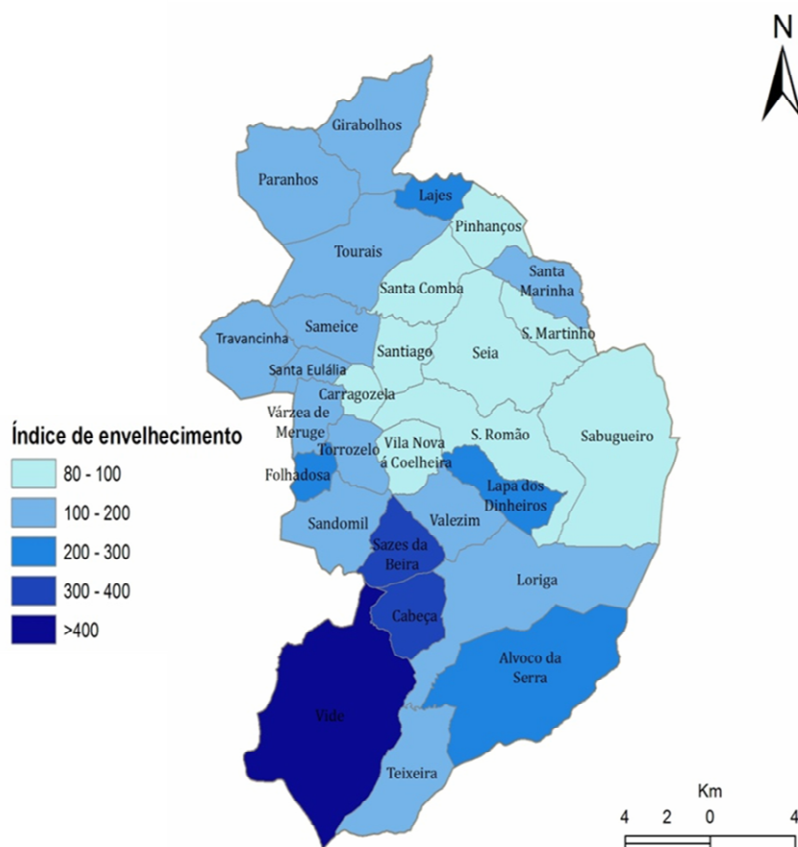


Figura 4. Índice de envelhecimento nas freguesias do Concelho de Seia, em 2001.

(Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001, INE)

As mudanças mais expressivas, decorrentes nas décadas subsequentes, apontam para uma enorme perda de representatividade do sector primário, em favor de um reforço, bastante relevante, das actividades secundárias e terciárias. Com efeito, a partir de 1960 as actividades pastoris, que detinham primazia nos espaços serranos, através dos movimentos transumantes, entraram em recessão, assinalando-se um profundo enfraquecimento nos efectivos caprinos e ovinos, que grosso modo se coordenou com o esvaziamento demográfico.

À semelhança do que sucedeu em outras áreas do país também aqui se verificou uma progressiva terciarização da população, embora de nível inferior, ligado frequentemente ao comércio e prestação de serviços conectados com empresas locais, e também com alguma relação à actividade de natureza social - saúde, educação e cultura (Cravidão *et al.*, 1998). Actualmente, é o sector terciário que tem vindo a manifestar uma maior dinâmica de crescimento, sobretudo devido à mais-valia em termos turísticos que se reconhece em todo o concelho de Seia. O turismo é já uma das actividades económicas preponderantes, assumindo-se como um dos principais motores de desenvolvimento do concelho.

Com o incremento das actividades turísticas, as quais acarretam novos investidores e, sobretudo, novos usos e utilizadores, colocam-se outros desafios para estas regiões, encarando-as como factores determinantes de desenvolvimento. Em simultâneo, requerem, todavia, uma adequada estruturação económica e territorial, face às mudanças que promovem. Na realidade, o turismo tem sido, local e regionalmente, enfatizado como um meio privilegiado na promoção e desenvolvimento das economias mais débeis (Vaz, 1998), embora o desafio se centre no desenvolvimento de iniciativas que possam dar a conhecer as diversas potencialidades das regiões de montanha, promovam o seu espaço, a sua cultura, economia, reconheçam os seus problemas estruturais e apelem para uma visão atenta, cuidada, de valorização e cooperação específica.

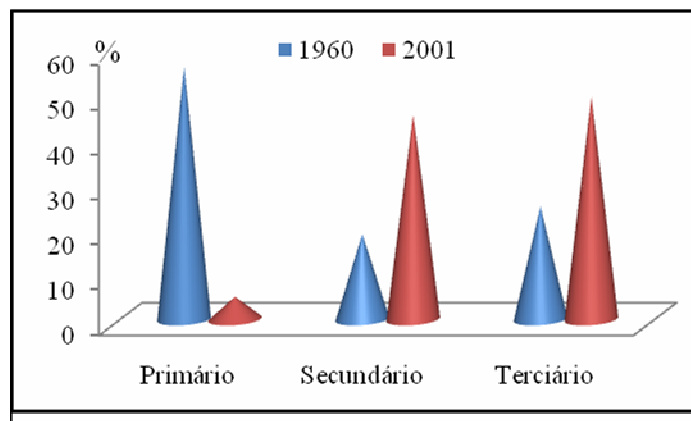


Figura 5. Percentagem de população activa integrada nos diferentes sectores de actividade, em 1960 e em 2001, no concelho de Seia.

(Fonte: Recenseamentos gerais da População, 1960-2001, INE)

3. Museus em espaço rural: de elementos de leitura do território a agentes de desenvolvimento

Nas últimas décadas surgiram um pouco por todo o país estruturas museológicas, cujos principais objectivos se centram na articulação de preocupações na recuperação das práticas e saberes tradicionais, contribuindo para incorporar os processos da memória na construção (permanente e em mudança) de uma identidade colectiva fundada no presente e orientada para o futuro. Estes espaços integram, simultaneamente, uma forte componente de dinamismo económico e animação local, que as visitas, os percursos e as actividades permitem desenvolver.

Em espaço rural, os museus podem constituir elementos fundamentais na divulgação do respectivo património local, no qual se reflecte e se encontra a história, a tradição e a imagem ancestral do mundo rural, onde os visitantes possam perceber como se trabalhou e viveu naqueles lugares, o que se produziu, as histórias e lendas que se contavam, as tradições das gentes; mas também com meio de divulgação da realidade actual daquele território, do tipo de culturas, do maneio dos animais, das técnicas, dos utensílios, das festas e romarias. A nível nacional são, já, inúmeros os exemplos, destacando-se o *Museu da Terra de Miranda*, em Miranda do Douro, o *Museu Rural de Salselas*, em Macedo de Cavaleiros, o *Museu Rural de Estremoz*, em Estremoz, e *Museu Agrícola de Riachos*, em Torres Novas.

Por exemplo, o *Museu da Terra de Miranda* (em Miranda do Douro) procura transmitir o que foi, e o que ainda hoje é, a vida rústica e a cultura daquele povo e da respectiva região. Organizando-se em dois eixos principais, o do território e o da população, nele se acham demonstradas as diferentes artes e ofícios desta terra, as alfaías agrícolas utilizadas, a produção de vinho, a tecelagem, uma das mais relevantes indústrias da Terra de Miranda, bem como uma colecção de traje mirandês. Além das várias colecções arqueológicas, que cobrem vários períodos históricos, há a destacar uma importante colecção etnográfica da região transmontana, onde se destaca o núcleo aplicado à Terra de Miranda, devido às suas fortes características, que passam, por exemplo pelo facto de serem dotados de uma linguagem própria, a língua mirandense.

O *Museu Rural de Salselas*, sediado em Macedo de Cavaleiros, constitui outro dos exemplos de espaços museológicos em áreas rurais, no qual se encontra bem representada a imagem da cultura tradicional transmontana. Desfruta de uma considerável colecção de artigos que são testemunhos vivos da forte relação entre o Homem e a terra. Aqui, encontram-se reunidos objectos relacionados com as técnicas de produção da terra em diversos ciclos como o do pão, do vinho, do azeite ou do linho. Aos ofícios, uns ainda existentes, ou já extintos ou em vias de extinção, tais como o alfaiate, o sapateiro, cesteira, barbeiro, ferreiro ou o caldeireiro, passando ainda pela religião, é dada especial ênfase.

Também, vários aspectos ligados à casa transmontana são demonstrados, ao mesmo tempo que se recriam várias lides agrícolas.

Hoje, os espaços dedicados à museologia não só se inscrevem num esforço de reificar o passado, antes afirmam um território e dinâmicas que contribuem para o presente e para o futuro e, nesse sentido, participam amplamente na reflexão sobre o desenvolvimento rural. Assumem-se, assim, cada vez mais, no âmbito das estratégias integradas de desenvolvimento, constituindo à escala local, elementos de leitura do próprio território, da sua história, dos modos de viver, da relação entre o Homem e o Meio.

Nestas circunstâncias, o museu poderá constituir um instrumento privilegiado de descoberta ou de reinvenção das vias e das formas de intervir no desenvolvimento, promovendo a actividade dos artesãos, a produção, a venda, a manutenção de um saber-fazer, a criação de riqueza; ou articulando-se com algumas intervenções no território, ao nível dos parques naturais, paisagens ou manutenção de equipamentos (Brito, 2004). Por outro lado, a sua valorização passa pela sua integração como elementos activos de descentralização cultural, em particular junto do público urbano.

4. O Museu do Pão

4.1. Estrutura e objectivos

Sediado em Seia, na Quinta Fonte do Marrão, o Museu do Pão é um complexo museológico de identidade privada, cuja abertura ao público ocorreu 2002. Dotado de quatro salas expositivas e de outros espaços (onde se destacam um Bar-Biblioteca, uma mercearia antiga, um restaurante e uma padaria) pretende dar conhecer a “História do Pão”, desde as formas de cultivo, passando pelas técnicas tradicionais de moagem, produção e distribuição, as quais se encontram em vias de extinção.

Nas várias salas expositivas, recria-se o ciclo tradicional do pão português, desde a terra, a eira, o moinho, a casa, o forno, bem como as respectivas alfaías e instrumentos utilizados. A reconstituição de uma antiga padaria e de três moinhos em constante funcionamento são um tributo à sua incomensurável importância durante séculos, mas agora praticamente extintos.

A evolução política e social de questões relacionadas com o pão em Portugal, desde 1640 (Restauração da Independência) até 1974 (Restauração da Democracia), apresentada em dezenas de documentos históricos, e a sua utilização como fonte de inspiração artística, através da produção de azulejaria, cerâmica, filatelia, arte sacra, iconografia, pratos, madeiras, são outras das mais-valias expostas neste espaço museológico. Por outro lado, constitui-se como espaço lúdico-didáctico, com uma forte componente interactiva, através da recriação do ciclo do pão e da sua feitura.

4.2. O número de visitantes: evolução e distribuição no tempo

A figura 6 refere-se à evolução anual do número de visitantes ao Museu do Pão, desde 2003 a 2007, o qual ascende neste período a mais de meio milhão, o que significa em média mais de 360 entradas por dia. O ano de 2004 foi, sem dúvida, o mais próspero para o complexo museológico, com 124.514 visitantes, seguindo-se o de 2007 com 117.700 entradas. Embora 2005 e, sobretudo, 2006 assinalem quebras face a 2004, o número de visitantes excedeu os 100 mil.

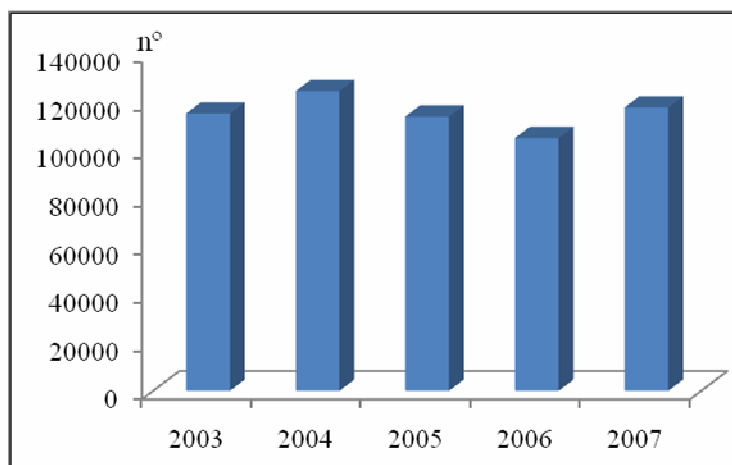


Figura 6. Evolução anual do número de visitantes
(Fonte: Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Museu do Pão)

Anualmente, são os meses de Fevereiro, Março e Abril que assinalam o maior número de visitantes, seguindo-se a estes, embora com menores quantitativos, os de Agosto e Dezembro (Figura 7). A chegada da Primavera a 21 de Março, a qual se caracteriza por temperaturas mais amenas face ao Inverno, a que se associa a dinamização de múltiplas actividades escolares, tais como as comemorações do dia da Árvore e da Criança, e as férias do Carnaval e da Páscoa, são os factores que melhor explicam a maior procura deste espaço museológico.

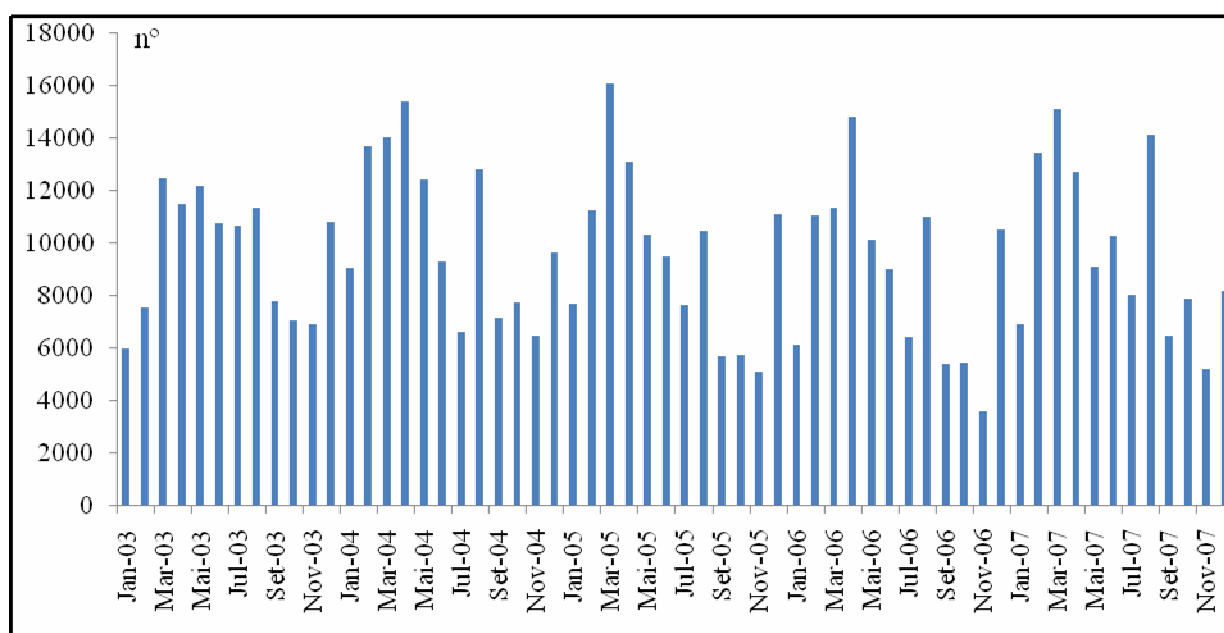


Figura 7. Evolução mensal do número de visitantes.
(Fonte: Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Museu do Pão)

No mês de Agosto, a crescente procura explica-se, não só, pelo regresso temporário dos emigrantes portugueses residentes no estrangeiro, mas também, devido à preferência pela natureza, pela paisagem, de muitas famílias, para desfrutar das suas férias de Verão, trocando o turismo balnear pelo melhor que a montanha tem para oferecer. No que se refere ao mês de Dezembro, apesar de não apresentar valores tão elevados, face aos anteriormente referidos, evidência uma importante procura, tendo sido o ano de 2005 o que assinalou o maior número de visitantes. A presença de neve, praticamente exclusiva deste maciço, em associação com a celebração do Natal e a passagem de Ano motiva a deslocação ao maciço Central e, com isto, uma maior afluência ao Museu.

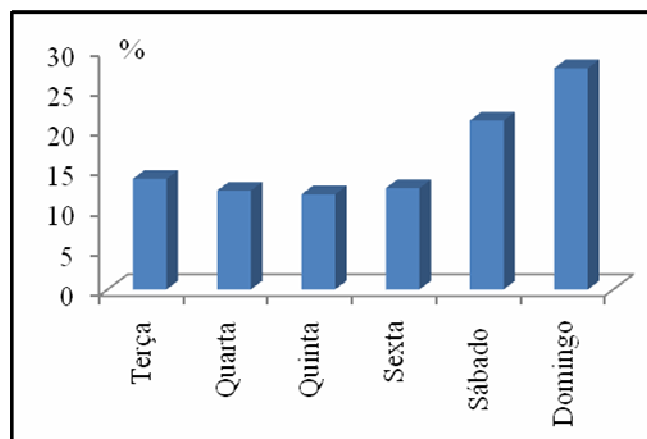


Figura 8. Distribuição dos visitantes (em %) pelos dias da semana, em 2004.
(Fonte: Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Museu do Pão)

Semanalmente, é ao Sábado e, em particular, ao Domingo que a procura é maior, concentrando-se nos fins-de-semana cerca de 50% dos visitantes. Nos restantes dias da semana, a distribuição é bastante equitativa, recebendo este espaço museológico entre 11 e 13% dos totais anuais.

O gráfico da figura 9A refere-se à proveniência dos visitantes do Museu do Pão, o qual nos permite verificar que a esmagadora maioria, com um valor percentual de 97%, é de origem nacional. Os restantes 3% são estrangeiros, maioritariamente espanhóis, brasileiros, franceses, dinamarqueses e holandeses. Dos nacionais, mais de metade surge sob a forma individual ou em família (57%), enquanto os grupos, onde se incluem excursões e também as visitas escolares, representam 36,5% das entradas totais, desde 2003 (Figura 9B).

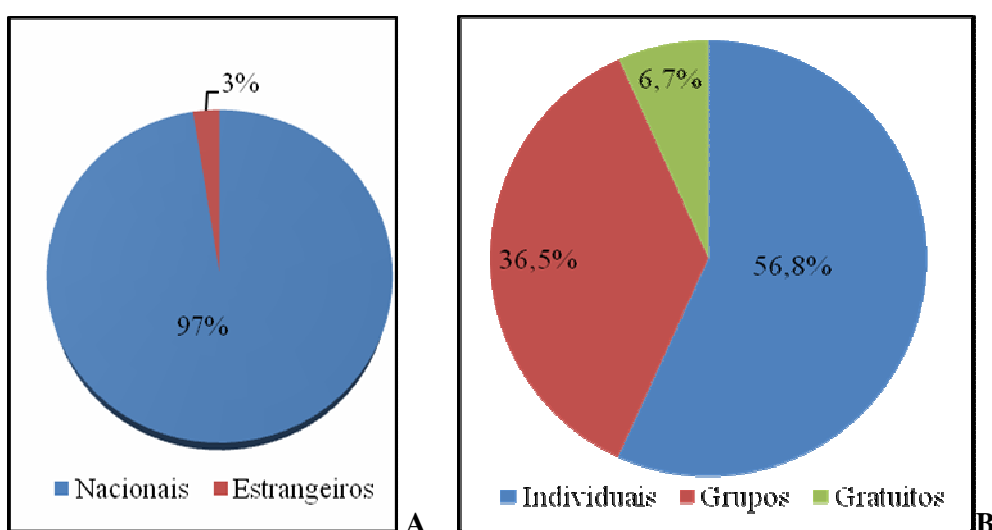


Figura 9. Proveniência dos visitantes do Museu do Pão (A) e classificação dos visitantes nacionais (B), em %.

(Fonte: Elaboração própria, com base nos dados fornecidos pelo Museu do Pão)

Pese embora o facto de não existir uma informação detalhada sobre a proveniência geográfica dos visitantes deste museu, segundo informações fornecidas pelos responsáveis desta estrutura “as respectivas análises apontam para a proveniência de pessoas de todo o país com a maior fatia a vir do litoral, sobretudo da grande Lisboa e do grande Porto. Já as escolas e outros grupos, que representam uma parte importante do total, provêm de todo o país”. Estes resultados perfilam-se com os obtidos por Fernandes (1998), quando procedeu à caracterização dos turistas que afluem à Serra da Estrela, considerando que, em termos de origem geográfica, se verifica o domínio avassalador do turista português, sendo no entanto de registar a grande dispersão geográfica dos inquiridos, que se repartiram

por 57 concelhos do nosso território, com especial incidência para os da faixa litoral com destaque para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

4.3. O interesse pedagógico

Entre as múltiplas acções culturais levadas a cabo por este espaço museológico, das quais se salientam exposições, colóquios, há ainda a destacar a respectiva função didáctico-pedagógica. De facto, todo o museu se apresenta como um espaço pedagógico onde se pretende demonstrar a todos os visitantes os métodos, técnicas e utensílios utilizados na produção do pão português, desde a sementeira dos cereais, passando pela sua moagem, feitura e distribuição do pão. À comunidade estudantil mais jovem é dada, ainda, a possibilidade de interagir, na sala pedagógica, nas várias etapas de transformação do pão, manipular a própria farinha e assistir à sua cozedura num forno tradicional a lenha.

O Museu dispõe também de uma sala, histórica, onde se faz a Geografia do Pão, com destaque para nove regiões principais, a que se associam amostras de pão em função do tipo de cereal predominante (centeio, milho, trigo, mistura, entre outras). Com a promoção destas actividades, tradicionais e em vias de extinção devido à industrialização do processo de panificação e ao crescente abandono do espaço rural e consequente ampliação das áreas urbanas, o que deixa os mais novos distantes das técnicas de produção agrícola, tornam-se vitais na preservação das memórias de um passado, não muito longínquo, mas em vias de extinção.

4.4. A importância enquanto entidade empregadora

Segundo a associação de Pequenas e Médias Empresas (PME) de Portugal, entende-se por Pequenas Empresas as entidades empregadoras que compreendem até 50 trabalhadores, sendo ainda classificadas, segundo esta instituição, como as que apresentam maior dinamismo, pois dispõem de estruturas mais leves e flexíveis. Por conseguinte, o Museu do Pão, com 30 a 40 trabalhadores, conforme as necessidades nos dias e períodos mais exigentes, pode ser considerado como uma pequena empresa.

Desta forma, constituiu-se como uma fonte de criação de emprego, especialmente para as populações que residem nestas áreas serranas, pois a maior parte dos trabalhadores são oriundos do respectivo concelho. Por outro lado, a presença de uma pequena loja com produtos tradicionais e de um restaurante, onde se recuperam os sabores tradicionais da gastronomia serrana, permite a dinamização e o escoamento dos produtos locais, constituindo também, nestas circunstâncias, um factor de criação de emprego a montante.

4.5. Ligações com o turismo de neve e paisagem

Situado nas imediações de um dos principais eixos de acesso às partes mais altas da Serra da Estrela, o Museu do Pão, beneficia de uma excelente localização geográfica, constituindo uma mais-valia no escasso conjunto de ofertas culturais, disponível a todos quanto visitam este espaço serrano. Como refere Fernandes (1998), se a neve e a contemplação da paisagem aparecem destacados como os principais elementos de atracção à serra, a falta de animação e recreio surgem como fontes de descontentamento, em virtude da falta de infra-estruturas e equipamentos que possibilitem a quem visita a serra, um complemento em relação às próprias potencialidades naturais e histórico-culturais deste espaço.

5. Conclusão

A localização privilegiada do Museu do Pão, num dos principais eixos de acesso ao topo da Serra da Estrela, o interesse inerente da temática, uma vez que o pão constitui um dos principais alimentos da dieta mediterrânea, aliado à multiplicidade de acções culturais que promove, às diversas actividades didácticas e pedagógicas que fomenta, pela sua relevante contribuição no estudo da história local, ou até mesmo regional, pelos usos, modos de vida e tradições que recupera, pelas inúmeras temáticas que desenvolve em torno do pão, são factores que se conjugaram para o enorme sucesso desta iniciativa. Com efeito, este museu, de natureza privada, é um dos mais visitados a nível nacional, recebendo, desde que abriu portas, mais de 100 mil visitantes ao ano. Nestas circunstâncias, pode afirmar-se como uma das mais importantes estruturas dinamizadoras da área geográfica onde se insere.

Situado numa região de montanha, com uma evolução recente, complexa, marcada pela desarticulação da sua estrutura social e económico, especialmente a partir de meados do século XX, e consequente marginalização e descaracterização, face ao abandono de muitos modos de vida específicos destas regiões, a Serra da Estrela têm vindo a beneficiar, em particular nestas últimas duas décadas, de uma revalorização do respectivo potencial eco-cultural, tornando-se atractiva ao nível paisagístico, ambiental e histórico-cultural.

De facto, emergem hoje “novas” vocações que, ligadas ao património natural, histórico e cultural, tendem a dinamizar estes espaços e a dotá-los de novas actividades. Estas vocações estão ligadas, de forma crescente, às actividades turísticas, nas suas múltiplas formas, que vão da contemplação dos elementos paisagísticos aos desportos radicais, passando pela revalorização e manutenção de actividades tradicionais.

Uma oferta diversificada de produtos turísticos surge, assim, como um dos elementos-chave do desenvolvimento destes espaços. Do ponto de vista económico, os benefícios esperados são o aumento dos empregos para os residentes locais, o acréscimo das receitas das actividades relacionadas com o turismo, o estímulo ao aparecimento de novas empresas turísticas, promovendo e diversificando a economia local, encorajando à produção de bens e produtos locais, a melhoria da oferta de serviços e equipamentos. Os benefícios poderão passar também pela promoção estética, espiritual e de outros valores relacionados com o bem-estar, pelo apoio à educação ambiental para visitantes e locais, e pelo estimular do desenvolvimento e valorização da cultura.

Contudo, a crescente procura turística, com a consequente afluência de turistas terá de implicar novas formas de estruturação do território, aspectos, até ao momento, pouco considerados tanto nas planificações turísticas como ambientais. No caso da serra da Estrela, é reconhecida a massificação em algumas épocas do ano, nos tipos e densidades de construções, no desenvolvimento de actividades pouco ajustadas às condições ambientais existentes, que em muito têm contribuído para o descaracterizar da paisagem, colocando em causa a integridade e o valor ecocultural de alguns dos seus espaços.

Compete aos agentes públicos e privados, com responsabilidades acrescidas na gestão, ocupação e promoção deste espaço, a sua utilização racional e sustentável.

Agradecimentos

As autoras desejam agradecer ao Senhor Director Científico do Museu do Pão, Dr. Sérgio Carvalho, a disponibilidade manifestada na cedência de todos os dados estatísticos respeitantes a este espaço museológico.

Referências bibliográficas

- Brito, J. P. (2004). Pessoas e lugares. *Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*. II Série, nº 24, Novembro de 2004. [acedido em 20 de Julho de 2008] <http://www.leader.pt>
- Carvalho, P. & Fernandes, J. L. (2001). Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere). *Actas do 1º Colóquio Território e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, IEG/FLUC: 241-271.
- Carvalho, P. (2001). Património, Território, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O ecomuseu da Lousã. Desafio ou Utopia? 1º Congresso de Estudos Rurais, Mundo Rural e Património. 21p.
- Cravidão, F. *et al.* (1998). Regional perceptions of marginality: a view from southern Europe. In Jussila, H. *et al.* (eds.), *Perceptions of Marginality*. Ashgate, Aldershot, 147-163.
- Fernandes, G. (1998). Regiões de Montanha: Dinâmicas Territoriais no Extremo Ocidental da Cordilheira Central. A Serra da Estrela. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Fernandes, G. (1998). Turismo em Regiões de Montanha: Dimensão, Significado e Perspectivas para a Serra da Estrela. Seminário Beira Interior: Actualidade e Perspectivas de Desenvolvimento, Universidade da Beira Interior; Covilhã.
- Nunes, A. (2001). Incêndios Florestais no Parque Natural da Serra da Estrela. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Vaz, M. F. (1998). Turismo e desenvolvimento. O caso da Beira Interior. *Gestão e Desenvolvimento*, 7: 217-247.

Fontes Estatístico-Cartográficas

- Recenseamentos Gerais da População, 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001, Instituto Nacional de Estatística (INE), Lisboa.
- Cartas Militares de Portugal - folhas 200, 201, 212, 222, 223 e 234, escala 1/25000; Instituto Geográfico do Exército, Lisboa.